



Plano de proteção territorial  
da Terra Indígena Jiahui

# Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Jiahui

Apoio:



**USAID** | **BRASIL**  
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

Esta publicação foi produzida graças ao apoio do povo americano por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade de seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

Organizações parceiras:



Execução:



## **ORGANIZAÇÕES EXECUTORAS**

### **ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA JIAHUI**

Rua Rio Madeira Nº 2649 (A) Bairro São Pedro CEP: 69.800-000 Humaitá/AM  
Email: apijjiahui@gmail.com  
Fone: (97) 3373-2365

### **EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA**

Setor de Autarquia Sul (SAS) Quadra 03 Bloco C – Edifício Business Point Sala 306  
Brasília / DF - CEP:70070-934  
Email: ecam@ecam.org.br  
Fone: (61) 3323-7863

## **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**

### **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ**

Rua Dom Pedro II, 1892, sala 07. Bairro Nossa Senhora das Graças. CEP: 76804-116  
Porto Velho, Rondônia, Brasil.  
Email: kaninde@kaninde.org.br  
Fone: (69)32292826

### **Organização textual e relatório**

Luiza Viana Araújo  
Meline Cabral Machado  
Muryel Moraes Arantes

### **Diagramação**

Camila Kettlly

### **Coordenação Indígena do Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Jiahui.**

Associação do Povo Indígena Jiahui:  
Alan Kardec Jiahui  
Cleyton Jiahui  
Elda Jiahui  
Elton jiahui  
Nilcélio Rodrigues Ramos Jiahui

### **Equipe Técnica do Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Jiahui.**

Edwilson Pordeus Campos  
Hebert Adeci Lucena Silva  
Luiza Viana Araújo  
Meline Cabral Machado  
Wesley Luis Pacheco

# Sumário



1. Apresentação.....	5
2. Necessidade de desenvolver um planejamento estratégico para a proteção de seu território.....	6
3. Ocupação Histórica.....	6
4. Situação geográfica da terra indígena Jiahui.....	11
5. Caracterização Ambiental.....	12
6. Socioeconomia.....	14
7. Realização das oficinas.....	16
8. Riscos e Ameaças .....	18
9. Capacidades e Infraestrutura.....	22
10. Previsão de infraestrutura.....	28
11. Planejamento Estratégico.....	30
11.1 Instituições de apoio.....	30
11.2 Áreas de vigilância.....	38
11.3 Elementos de Contingência.....	40
12. Implementação do Plano de Proteção Territorial .....	42
13. Considerações finais.....	46
14. Referências .....	47

## 1. Apresentação

A metodologia de elaboração do Plano de Proteção Territorial ou planejamento da proteção do território se fundamenta na ação reflexiva da comunidade sobre riscos, ameaças, vulnerabilidades, potencialidades, infraestruturas e capacidades contidas em suas terras. A equipe formada para elaboração do plano de proteção é composta por membros da comunidade indígena com o apoio de uma equipe técnica multidisciplinar, que juntos apontam os elementos prioritários do plano, unindo técnica e saberes tradicionais.

O formato de construção deste consenso comunitário permite um consistente planejamento de atividades e regras que coordenam ações conjuntas e estratégicas de vigilância adequadas à realidade local, com o objetivo de melhorar a proteção da cultura, tradição, e biodiversidade que definem o povo e seu território.

Como conclusão desta iniciativa, além de atingir seu objetivo central, o documento “Plano de Proteção Territorial – PPT” é um registro temporal da dinâmica sócio-cultural e dos problemas vivenciados pelo povo em seu território. Além disso, apresenta a descrição em formato de projeto de como se enxerga a prática para contornar os problemas observados e a busca por soluções que minimizem ou anulem estes.

A reflexão sobre infraestrutura e capacidade em contraposição aos riscos e ameaças postas na perspectiva espacial do território, evidencia as áreas vulneráveis e o potencial para o planejamento adequado à proteção territorial. Com base nas informações do cotidiano e o contexto regional ao qual está inserida a comunidade é que são planejadas ações comunitárias estratégicas orientadas ao uso sustentável dos recursos naturais e ao fortalecimento das práticas culturais e tradicionais.

### **2. Necessidade de desenvolver um planejamento estratégico para a proteção de seu território.**

A importância de se realizar um plano de proteção territorial e um planejamento estratégico para a terra indígena Jiahui consiste na necessidade de conhecer, a partir da perspectiva dos indígenas, as possibilidades de proteção do patrimônio cultural e da biodiversidade contidas nessas terras. Trata-se de um povo que passou por vários conflitos com outros povos, e que também sofreu as consequências do avanço das atividades desenvolvimentistas. Além disso, os Jiahui vivenciam atualmente riscos e ameaças relacionados ao empobrecimento da mata, aos impactos da rodovia transamazônica e degradação dos lugares sagrados dos indígenas.

A partir da identificação dos problemas e das potencialidades do território, a comunidade constrói o registro de conhecimento do território indígena, realizado durante a elaboração do plano de proteção, e indica meios e possibilidades para a preservação da biodiversidade natural e cultural dos Jiahui. Além de viabilizar a proteção do território indígena, possibilita melhores condições para que as lideranças da comunidade consigam argumentar e lutar por melhorias que garantam a qualidade de vida da comunidade, respeitando as especificidades da terra.

### **3. Ocupação Histórica:**

Os Jiahui são povo de filiação lingüística do tronco Tupi –Guarani, no subgrupo Kagawahiva que atualmente contempla as seguintes etnias: Jiahui, Tenharim (do rio Marmelos, Igarapé Preto e do Sepoti), Parintintin, Juma, Uru-eu-wau-wau, Mondawa, Karipuna, além de alguns possíveis grupos isolados. Com a intensificação da atuação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI na década de 1930 percebe-se os primeiros relatos de contato com o povo Jiahui. Em 1939 já é possível perceber as consequências do contato, quando se tem o emprego de mão de obra Jiahui em propriedades instaladas no território Indígena até então não demarcado pela FUNAI. Além das dificuldades relacionadas ao contato com a sociedade não indígena, coexistiam os conflitos com os demais índios da região. O território Jiahui apresenta uma dinâmica marcada por intervenções das políticas de integração nacional, por processos migratórios próprios da cultura indígena e também pelo uso e ocupação dos não indígenas. Atualmente dentro do território é possível observar diferentes atores que mantém relações distintas com a terra, como por exemplo, fazendeiros que produzem e/ou moram na região; pessoas envolvidas com a unidade de conservação que se sobrepõem ao território indígena e os próprios Jiahui.

Para compreender a ocupação histórica deste território indígena é interessante observar quatro fatores que mais influenciaram para o atual cenário encontrado nessas terras, são eles: a influência da mineração, a delimitação das terras para uso do exército, a criação da Floresta Nacional de Humaitá, e os processos migratórios do povo Jiahui que foram registrados a partir da identificação dos Kagawahiva, que ocuparam em 1750 a região do curso superior do Rio Juruena ao lado dos Apiaká. Logo depois, esta área foi atingida pela frente mineradora que avançava para o norte à procura de novas minas de ouro. Tal avanço da mineração desencadeou o processo migratório dos Kagwahiva (ISA, 2011).

Os Jiahui possuem sua referência histórica a partir do processo migratório ocorrido em período posterior a 1750 na região do curso superior do Rio Juruena, no Mato Grosso, em função da frente mineradora e também pelos conflitos vividos com seus inimigos tradicionais, os Munduruku. De acordo com o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena, realizado pela FUNAI, os Jiahui já se movimentavam por conflitos entre etnias e também pelas pressões externas, como a mineração por exemplo. Os Jiahui ocuparam o Alto Tapajós, de onde migraram para a região do curso médio do Rio Madeira, acudados pelos seus inimigos, os Munduruku. Na década de 1970 foram expulsos de seu território tradicional e o grupo praticamente se dissolveu devido a conflitos com grupos indígenas vizinhos (FUNAI, 2000).

Com o quase desaparecimento dos Jiahui, os remanescentes aliaram-se aos Tenharim e foram viver na aldeia do grupo nas proximidades da Transamazônica. Casaram-se e tiveram filhos, mas nunca foram totalmente absorvidos pelos Tenharim. Os Jiahui transferiram-se para o limite leste da terra Tenharim e de lá iniciaram incursões no território tradicional, até então ocupado por fazendas. Tais incursões inicialmente se resumiam a caça e coleta, mas posteriormente se apropriaram do território construindo aldeia e abrindo roças. A aldeia é denominada Ju'i o mesmo nome de uma antiga habitação que fica na mesma direção ao sul do território ocupado. A atual aldeia ocupa um espaço aproximado de 100 metros da rodovia transamazônica.

Como os Jiahui passaram um tempo vivendo com os Tenharim suas terras tradicionais passaram a ser ocupadas por fazendeiros que foram abrindo pastagens e criando gado, além de retirar ilegalmente parte da madeira. Estes fazendeiros chegaram na região, antes da demarcação da terra indígena, recebendo incentivo do Instituto Brasileiro de Colonização de Reforma Agrária – INCRA, por meio de um assentamento que distribuiu terras a diversos indivíduos. Os lotes eram de 100 hectares, mas com o passar do tempo, muitas terras foram abandonadas e/ou vendidas para vizinhos e desta maneira alguns poucos passaram a ter uma quantidade de terras maior (FUNAI, 2000).

Em 22 de março de 1988, o então presidente da república José Sarney publicou o Decreto número 95.859 definindo as glebas Boa Esperança e Pupunhas para uso especial do Exército, com 468.790 ha criando a Gleba Militar de Humaitá. De acordo com o decreto, a área destinada ao uso do exército limitava-se com a reserva indígena dos Tenharim (FUNAI-MJ/MMA, 1999/2000).

Em 1998 foi criada na mesma superfície da área de uso especial do exército, por meio do decreto 2.485 de 02 de fevereiro de 1998, a unidade de conservação Floresta Nacional de Humaitá (FLONA de Humaitá). Mais tarde, em 2004 ocorreu a delimitação da terra indígena Jiahui. Desse modo, houve na região uma primeira intervenção do estado, para demarcar área de uso do exército, criação de uma unidade de conservação e só depois a demarcação oficial da terra indígena. O que implica em dizer que parte do território Jiahui é sobreposta a FLONA de Humaitá.

De acordo com o SNUC- Lei Nº 9.985, de 18/07/2000 este tipo de Unidade de Conservação tem por objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a realização de pesquisas com prévia autorização, a permanência de populações tradicionais preexistentes e a visitação condicionada ao plano de manejo. No caso da FLONA de Humaitá, ainda não houve publicação, por parte do ICMBIO, do plano de manejo, por enquanto o que se tem é um acordo de gestão regulamentado pela Instrução Normativa Nº 29, de 5 de setembro de 2012 (Brasil, 2000).

Para delimitar diretrizes de uso e ocupação da FLONA considerando a terra indígena, foi realizado um acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais, publicado no diário oficial da união por meio da portaria 207 de 17 de julho de 2013 (Brasil, 2013).

Segundo o Art. 3º do referido documento, a Floresta Nacional de Humaitá tem por objetivo:

o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas, a educação florestal e ambiental, a manutenção de amostras do ecossistema amazônico e o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes à Floresta Nacional. (BRASIL, 2013).

O acordo prevê ainda diretrizes específicas para a área de sobreposição entre a FLONA e a Terra Indígena Jiahui. Como no caso da pesca na área do rio Maici e seus afluentes onde é admitida a pesca para subsistência e para utilização do pescado em festas culturais nas aldeias do povo indígena Jiahui e proibida a venda de pescado. O acordo sugere também a criação de uma zona de intervenção baixa de dez quilômetros no entorno do território Jiahui para amortecimento de possíveis degradações ao território indígena (Brasil, 2013).

Além dos elementos históricos, aqui relatados, e já registrados por órgãos estatais e não governamentais, foi considerado também, a importância de se resgatar, por meio da memória da comunidade, aspectos relevantes para a compreensão da ocupação histórica do território Jiahui. Para viabilizar este resgate, foi realizada uma atividade cujo resultado foi uma linha do tempo contendo os fatos mais marcantes relacionados à formação histórica do território. Durante a atividade os indígenas resgataram acontecimentos desde o contato com o homem branco, até a elaboração do plano de proteção resultante do diálogo com a comunidade, Associação do Povo indígena Jiahui (APIJ) e instituições parceiras. A linha do tempo resultante desta atividade está representada na Tabela 1.

Foram muitos os conflitos do Povo Jiahui desde o contato até a demarcação de sua terra, atualmente o Povo Jiahui ainda enfrenta conflitos relacionados ao seu território não mais pela demarcação, mas relacionados com a proteção de suas terras já que existem diversas formas de uso nas terras próximas ao limite da terra indígena. Além disso, a preocupação atual está inserida na discussão da elaboração de um plano de gestão para a comunidade, com o objetivo de estruturar atividades sustentáveis que garanta a sobrevivência das futuras gerações na terra indígena Jiahui.

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

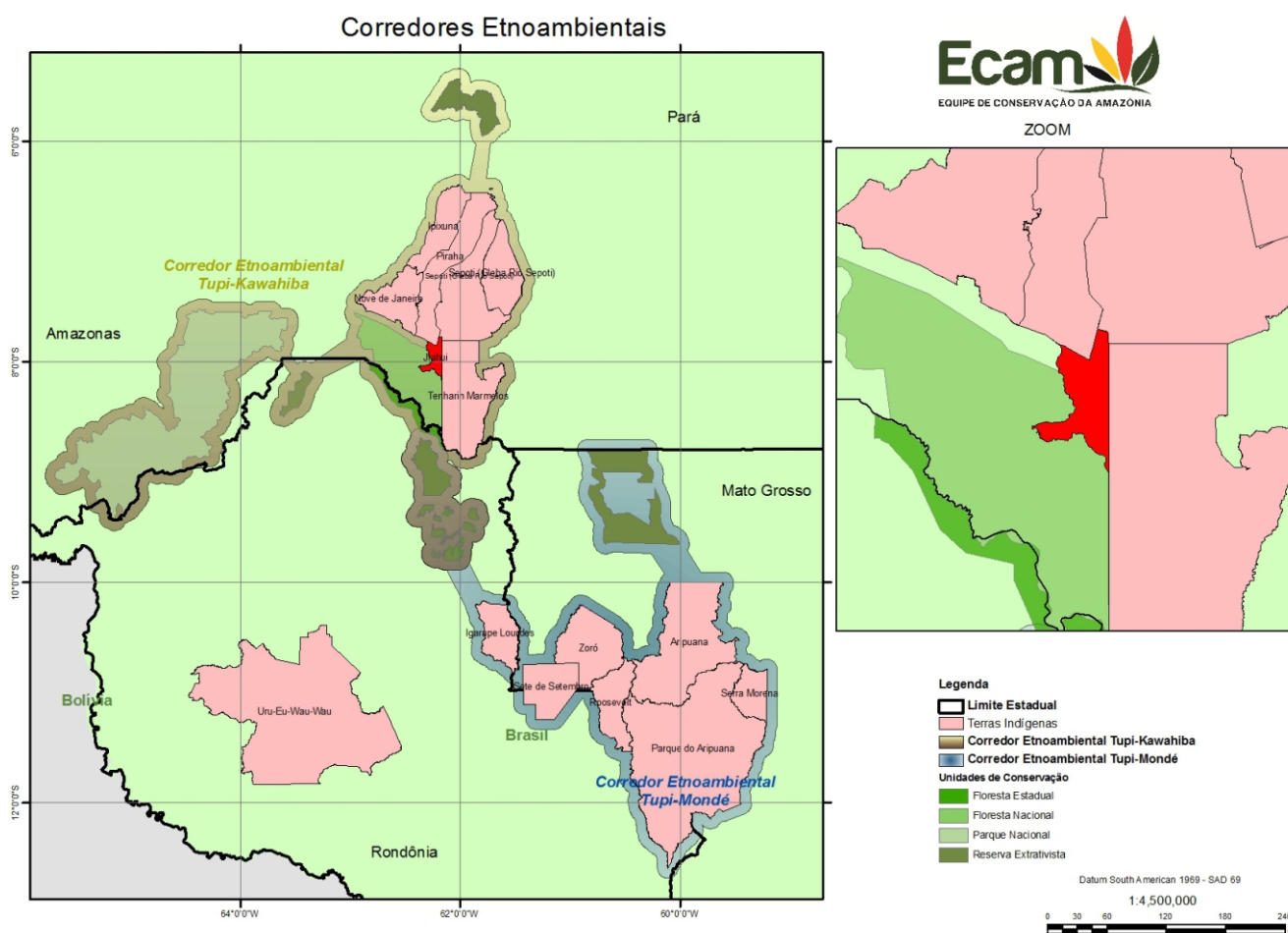
Tabela : Linha do tempo da Terra Indígena Jiahui

1900	1970	1980	1985	1990	2000/2007	2007/2008	2011
*1951-1952 Contato com o Homem Branco	* Quase a extinção dos Jiahui * Guerras e doenças * 1971 - Abertura da Transamazônica * 1975 Emigração do Jiahui * 1975 Perda do território ancestral *1975 Resistência com pouco remanescente Jiahui	*Morte dos Pajés	*Epidemia de sarampo, gripe e catapora	* Reivindicação pelo território ancestral Jiahui * 1999 - Criação da aldeia * 1990 - Mobilizaçãopara a demarcação da TI Jiahui * 1998 Projeto com a ARA - Limpeza do castanhal e extração de copaíba.	* 2001 - Criação da APIJ * 2003 - Início do resgate dos parentes * 2003 - Criação da aldeia Kawari * 2005/2006 - Luta pela compensação ambiental (pedágio) * 2006 - Compensação ambiental	* 2007 - Registro da APIJ * 2009 - Diagnóstico Etnoambiental * 2010 - Formação de Agentes Ambientais * 2008 - Construção da Escola de Ensino Fundamental * 2008 - Projeto de Açai - SEIND * 2007 - Início das conversas com a Kanindé * 2008 - Início das conversas com a ECAM.	*Plano de Proteção

## 4. Situação geográfica da terra indígena Jiahui

A terra indígena Jiahui está localizada no Corredor Etnoambiental Tupi-Kagawahiba (Figura 1), no sul do estado do Amazonas, inserida totalmente no município de Humaitá. Cercada pelos rios Maici à esquerda e pelo rio Marmelos a direita, a terra também é cortada pela BR-230 (Transamazônica), que como outras rodovias feitas na região amazônica, desencadeou problemas sócio-culturais e ambientais.

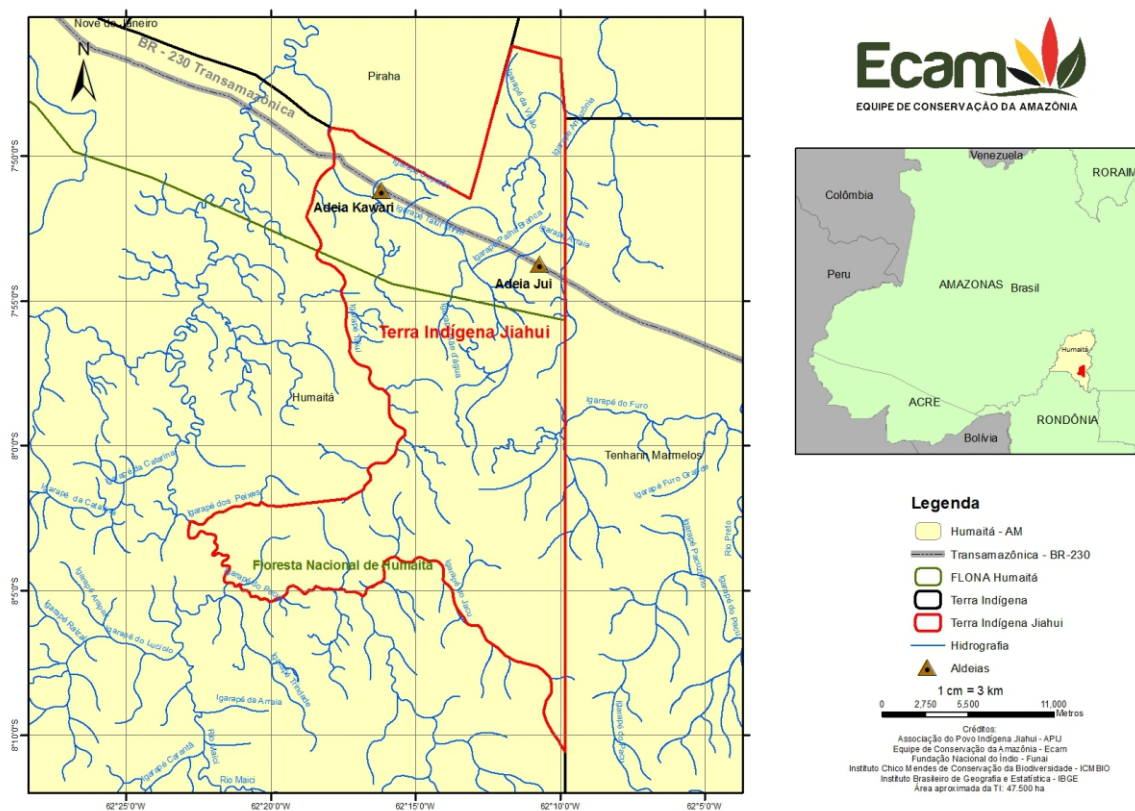
Figura : Corredor Etnoambiental Mondé - Kagwahiba



Nas áreas fronteiriças da terra indígena Jiahui, se encontram a terra dos Pirahã (ao norte) e dos Tenharim (a leste) e ao sul a Floresta Nacional de Humaitá, a qual se sobrepõe o território Jiahui. Seu principal acesso se dá pela rodovia BR-230, Transamazônica (Figura 2).

# Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Figura : Situação geográfica da terra indígena Jiahui



A terra indígena Jiahui possui aproximadamente 48000 ha, dos quais 60% está em sobreposição com uma área de Unidade de Conservação Federal, a Floresta Nacional de Humaitá. Nessa terra habitam 77 Jiahui (APIJ, 2010) vivendo em duas aldeias: aldeia Juí que se encontra próxima a margem esquerda do igarapé Amazonia nas coordenadas: latitude: 7° 53' 44,282" S e longitude: 62°10'43,673" W, com 59 indígenas, e a aldeia Kawari que se encontra a direita do igarapé Taiuí nas coordenadas: latitude: 7° 51' 11, 469" S e longitude: 62°16'11,805" W com 18 pessoas. Ambas as aldeias estão localizadas as margens da Transamazônica.

O meio de acesso à terra é o rodoviário, já que a BR-230 (Transamazônica) corta o território dos Jiahui. O caminho rodoviário, tendo como origem Porto Velho (RO) é a transamazônica que quando chega até Humaitá (AM) é interrompida pelo rio Madeira, sendo necessária a travessia de balsa, retornando novamente à BR-230.

## 5. Caracterização Ambiental:

O clima na região da terra indígena Jiahui se caracteriza, de acordo com a classificação de Köppen, como clima do tipo Aw - Clima Tropical Chuvoso, com chuvas torrenciais em um curto período, moderadas em outro e uma nítida estação seca no inverno (Köppen, 1948).

As temperaturas na terra indígena Jiahui, de acordo com dados da Estação Meteorológica de Manaus (AM) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2010), no ano de 2009 variaram de 20,8 °C até 34,6 °C, sendo a mais alta no mês de setembro e a mais baixa no mês de julho. O mês mais chuvoso, de acordo com o INMET, foi o de fevereiro com precipitação de 457,9 mm e o período de seca ocorreu no mês de setembro com precipitação de 4,2 mm.

A vegetação da terra indígena é caracterizada por Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta e Savana Florestada. A Floresta Ombrófila Densa tem como principais características as altas temperaturas e o alto índice de precipitação bem distribuído durante o ano, além disso, as folhas das árvores são geralmente largas e estão sempre verdes. Enquanto na Floresta Ombrófila Aberta é considerada uma área de transição entre a floresta amazônica e Savana, tem como principais características o maior espaçamento entre as árvores e um período de seca no ano. A Savana Florestada, conhecida também como Cerradão, é caracterizada por árvores de até 15 metros de altura e ocorrem em áreas com estações de seca e chuva definidas.

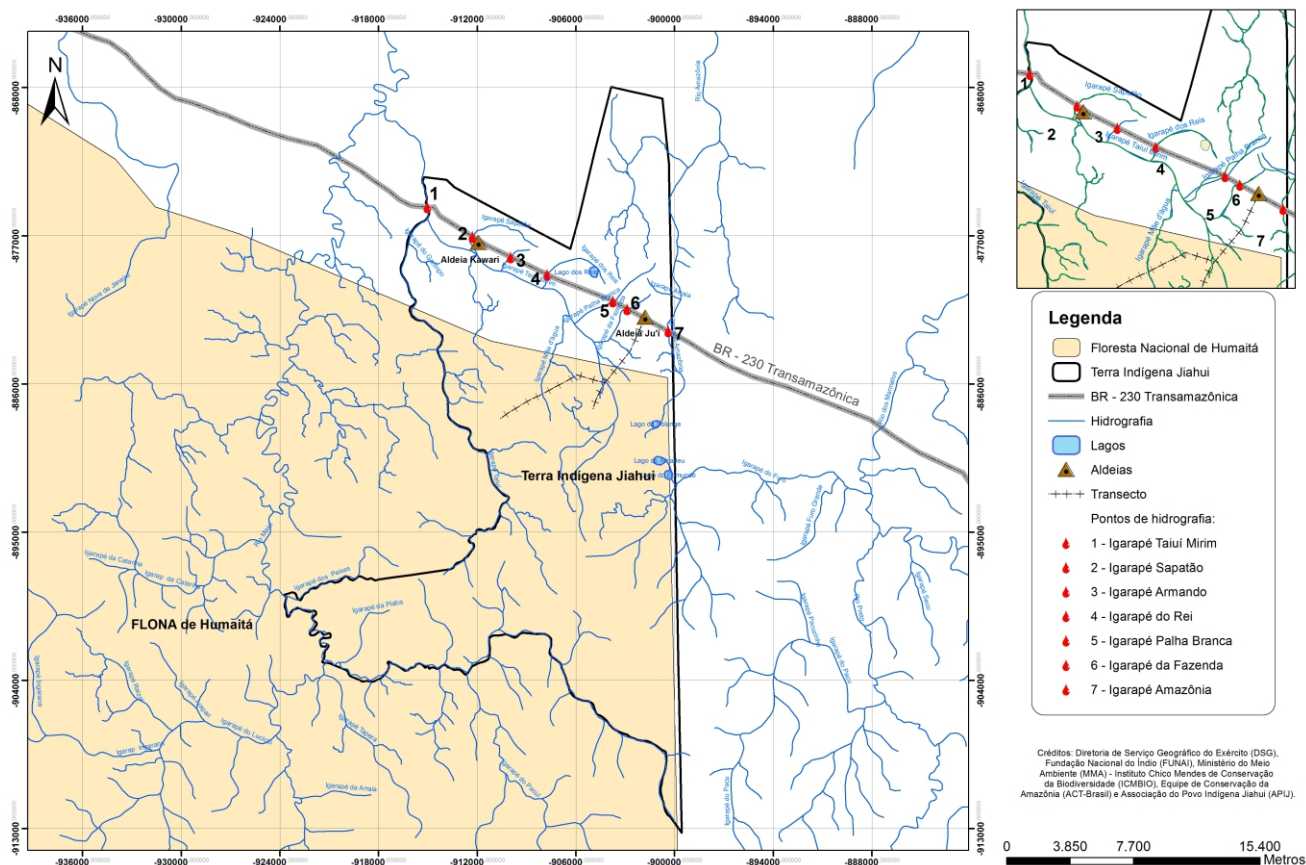
Quanto ao tipo de solo da terra indígena Jiahui são encontrados dois predominantes: o Argissolo Vermelho-Amarelo e o Latossolo Amarelo. O Argissolo Vermelho-Amarelo é um solo com profundidade variável, mas em geral são pouco profundos e os solos desta classe têm como característica marcante um aumento de argila do horizonte superficial A para o subsuperficial B com uma grande diferenciação de cor. O Latossolo Amarelo é um solo profundo, de coloração amarelada, perfis muito homogêneos, com boa drenagem e baixa fertilidade natural em sua maioria (Campos & Machado, 2011).

O relevo na região da terra indígena é basicamente plano, possuindo alguns pontos de maior elevação do terreno, que variam de 100 a 250 metros.

Com relação aos recursos hídricos, a terra indígena Jiahui está localizada na Bacia do Rio Amazonas, que possui várias sub-bacias entre elas a do Rio Maici que, afluente do rio Marmelos, deságua no Madeira. O rio Maici ou Mparanã Pykahu, como é chamado na língua Kagwahiva, passa na lateral esquerda da Terra Indígena Jiahui entrando no território apenas na parte sul da terra. Tanto o rio Maici como o rio Marmelos são caracterizados como cursos de águas pretas e com uma rica biodiversidade (Machado, 2000). No território indígena existem sete cursos d'água de principal uso da comunidade (Figura 3), são os igarapés Tauíí Mirim, Sapatão, Armando, do Rei, Palha Branca, da Fazenda e Amazônia. Encontram-se também quatro lagos dentro dos limites da terra indígena, sendo três na área de sobreposição com a FLONA e um mais próximo a rodovia, entre as aldeias (Campos & Machado, 2011).

# Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Figura : Mapa de hidrografia da terra indígena Jiahui



Fonte: Diagnóstico Etnoambiental da TI Jiahui. Levantamento do meio físico. 2011

## 6. Socioeconomia

Os Jiahui vivem da caça, da pesca, da coleta, da agricultura e do comércio. A caça, a pesca e a agricultura, em geral, são voltadas para o sustento da comunidade, já a coleta possui uma perspectiva de inserção do grupo no mercado regional. Os produtos coletados como o açaí, o babaçu e a castanha, são comercializados em pequenas quantidades e esporadicamente, quando há o excedente. Neste contexto a castanha se destaca como o principal produto, por isso os Jiahui se voltam boa parte do ano para as atividades relacionadas ao aproveitamento desse fruto (FUNAI, 2000).

Entre os Jiahui existe uma distinção de gênero para a realização das atividades que suprem as necessidades da comunidade. A caça, por exemplo, é uma atividade predominantemente masculina e que ocupa papel central na alimentação do grupo. O objetivo é sempre abater um animal de grande porte, que poderá ser consumido e o restante moqueado ou salgado para consumir depois. Pode ocorrer também o abatimento de um animal de pequeno porte, caso seja encontrado na caçada e também durante o desenvolvimento de outras atividades.

A pesca não é uma atividade central como a caça, mas o pescado é um importante complemento nutricional para o grupo. Além da complementação alimentar, é uma atividade que envolve toda a família, incluindo mulheres e crianças.

A coleta também é realizada pelas mulheres da comunidade ou até mesmo por toda a família. Os principais produtos de coleta nesta terra indígena são: castanha, açaí e babaçu. A castanha é o principal produto coletado na comunidade indígena, pois além de complementar a dieta, ainda é responsável pela inserção dos Jiahui no mercado regional. O açaí também representa uma boa aceitação no mercado. Já o babaçu é mais utilizado para consumo nas aldeias.

A atividade agrícola é de suma importância para os Jiahui, visto que sua cultura atual está baseada na tradição agrária dos antigos Jiahui, significando assim o fortalecimento da identidade territorial e a segurança alimentar da comunidade. Tal atividade é chamada de “roça” que tem a finalidade de subsistência e em casos raros de haver excedente, o mesmo pode ser comercializado com atravessadores ou diretamente na cidade de Humaitá-AM ou ainda trocado com povos indígenas vizinhos, o “escambo” (Campos & Machado, 2011).

As roças são espaços importantes não só para o cultivo de alimentos, mas também para a territorialização da comunidade indígena e para a sustentabilidade. Na medida em que a população cresce, constituem-se novos grupos domésticos, que vão formando suas unidades produtivas agrícolas em locais de uso exclusivo no interior do território, a territorialização se dá, neste caso, por meio da produção.

A roça segundo o conhecimento Jiahui tem um período médio de 02 (dois) anos de uso, depois desse período outras plantas começam a nascer, concorrendo com as cultivadas e fazendo com que uma nova roça seja aberta em outro local, este período de descanso é propício a resiliência ambiental (Campos & Machado, 2011).

De acordo com o levantamento do Meio Físico do Diagnóstico Etnoambiental da terra indígena Jiahui, a alimentação da comunidade Jiahui provém, em parte, das roças. O plantio existente é de mandioca branca, mandioca brava, cará e batata doce especializados nas duas aldeias, sendo duas roças na Aldeia Kwaiari e quatro na Aldeia Ju'i, além dessas roças a comunidade pretende implantar mais duas novas roças ao norte da Transamazônica, na aldeia Ju'í.

São diversos os usos desses produtos extraídos da terra indígena. Além de contribuir na alimentação da comunidade também são utilizados na construção de casas, e confecção de artesanatos. Tanto os produtos alimentícios, cultivados e coletados, quanto os artesanatos feitos a partir das matérias-primas da região, geram renda para a comunidade a partir da venda dos produtos excedentes, quando ha.

Além de base alimentar e geração de renda existem fortes laços com a cultura tradicional. Os produtos são usados em festas culturais de confraternização entre outros povos indígenas e não indígenas e rituais como “menina moça”, “Botawa (preparação para o plantio)” e “mandegui”, onde as culturas em destaque são a mandioca brava na produção de farinha, cará e mandioca mansa na produção de “xixa” (bebida fermentada) em outras formas de preparação (Campos & Machado, 2011).

Um outro meio de organização socioeconômica pode ocorrer também quando a comunidade compromete a safra antecipadamente a algum comprador, recebendo dele produtos manufaturados como óleo, sal, arroz e café, entre outros, configurando o chamado “rancho”.

Além da renda a partir dos produtos agro florestais e roçados da terra, a comunidade tem pensado em novas formas alternativas de estimular a geração de renda para o Povo Jiahui. A partir do Diagnóstico Etnoambiental realizado nos anos 2010/2011, foi demonstrado o interesse e a receptividade por parte dos Jiahui em desenvolver atividades turísticas, como meio de melhorar a renda e melhoria da qualidade de vida no território. Estes entrevistados, que demonstraram receptividade ao turismo, apresentaram renda entre R\$100,00 a R\$ 900,00 aproximadamente, oscilando freqüentemente entre 01 e 02 salários mínimos. Na maioria dos casos essa renda é concentrada em alguns meses do ano - período que geralmente coincide com a coleta de castanha e açaí principalmente (Leandro, 2011).

O povo Jiahui têm buscado apoio para executar projetos que visem o estímulo à geração de renda alternativa, aliando suas práticas tradicionais aos meios de sobrevivência vindos de diversas atividades produtivas, como a comercialização de sua produção excedente, projetos de uso público, compensação socioambiental, entre outros.

### **7. Realização das oficinas**

De acordo com a metodologia proposta foram realizadas oficinas na comunidade Jiahui, com o objetivo de identificar as potencialidades do território, assim como os riscos e ameaças presentes na região.

Para a elaboração do Plano de Proteção Territorial da terra indígena Jiahui foi realizada uma oficina nos dias 14 e 15 de maio de 2011 na aldeia Ju’í, na qual participaram 21 pessoas, sendo 5 da equipe técnica e 16 da comunidade e Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ).

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Durante a oficina foi trabalhado a importância do plano de proteção, utilizou-se como exemplo uma dinâmica com os Agentes Ambientais Indígenas para simular a reação quando houvesse a entrada de alguma atividade ilegal na Terra. Também foram trabalhados os conceitos de riscos, ameaças, capacidades e infra-estrutura para viabilizar a construção dos mapas.

Os mapas tinham por objetivo identificar as potencialidades e os problemas do território, a partir da discussão da comunidade sobre as características de seu território (Figura 4).

Figura : Mapeando os riscos da terra indígena Jiahui



Foto: Acervo da Ecam

Após o mapeamento dos riscos, ameaças, capacidades, infraestrutura e previsão de infraestrutura, foram apresentados os mapas feitos pela comunidade e iniciou-se o planejamento estratégico, onde foram definidas as áreas de vigilância e toda logística necessária para as expedições.

A Oficina do Plano de Proteção esclareceu a importância da comunidade nas atividades de vigilância e monitoramento dos seus recursos naturais, assim como a importância do contato com as instituições governamentais que são responsáveis por essas atividades.

O objetivo do Plano de Proteção é fazer com que o território Jiahui sofra menos pressão dos atores externos de atividades ilegais, mapeados nos riscos e ameaças e servir de subsídio para argumentação das lideranças em busca de melhorias para a comunidade.

A oficina conta com momentos de mapeamento (dos problemas e potencialidades), reflexão sobre o território (metodologias como a linha do tempo) e planejamento estratégicos (articulação institucional, plano de contingência, planejamento das expedições, instrumentos jurídicos para a proteção), como relatados nos próximos tópicos.

### **8. Riscos e Ameaças**

O risco pode ser compreendido como fator interno ao território e sinaliza a iminência de um evento ou problema associado a ele. Já a ameaça está associada à ausência de proteção do território ou situações de vulnerabilidade. Em geral, as ameaças ocorrem em áreas com baixo índice de uso pela comunidade, mas também ocorrem nas proximidades das aldeias, como ocorre pela presença da transamazônica.

Na atividade com os mapas a comunidade identificou e espacializou os riscos e ameaças existentes. Foram apontados problemas como o empobrecimento da mata que foi visto como um risco, tendo alguns pontos já desmatados, e também como ameaça em áreas do território que estão suscetíveis às práticas como o extrativismo ilegal. Outra preocupação dos indígenas é com a ameaça de seus sítios sagrados e com a zona de risco criada pela transamazônica.

As terras indígenas concentram grande número de espécies vegetais que são valiosas para o mercado madeireiro, as chamadas “madeira de lei”. No entanto, este comércio é ilegal, e só ocorre por uma falha no sistema de fiscalização do Estado. As terras indígenas têm grande importância para o mercado ilegal da madeira, pois, possuem estoque de madeira com alto valor econômico.

A extração de madeira ilegal gera desmatamento e impactos ambientais incalculáveis como a diminuição de biodiversidade, e perda de serviços ambientais como a manutenção do clima e ciclo hidrológico. A comunidade Jiahui relatou ainda a extração ilegal da copaíba cujo óleo possui propriedades antiinflamatórias, como um risco.

O trecho da transamazônica que incide sobre o território Jiahui causa uma série de riscos e ameaças à biodiversidade da região. Os impactos provenientes da rodovia afetam o modo de vida dos indígenas e o equilíbrio natural da fauna e da flora. Nesse sentido, a comunidade apontou alguns fatores preocupantes, tais como o surgimento de cascalheiras, atropelamento da fauna e aparecimento de resíduos em função da rodovia.

O tráfego na via gera risco de atropelamento dos animais que além de compor a fauna da região, são importantes para a subsistência da comunidade Jiahui. A movimentação na rodovia também contribui para a formação de resíduos, particulados e sólidos, que poluem o ambiente. Os resíduos são oriundos da emissão de gases dos veículos, do descarte de objetos realizado pelos passantes, e também da manutenção da estrada.

Manter a estrada em condições de tráfego gera ainda um risco relacionado à degradação do solo. Isso se deve ao fato de que para realizar a manutenção da rodovia, são retirados os cascalhos das margens da estrada, essa retirada causa a formação de cascalheiras que são buracos que ficam após a retirada do cascalho, como mostra o registro de uma cascalheira localizada nas coordenadas 7°57'0,26"S e 62°10'26,18"W (Figura 5). Essas cascalheiras deixam o solo mais suscetível a processos erosivos. Essa é uma preocupação da comunidade, pois as erosões comprometem a aptidão agrícola das terras, o que é grave, pois o povo Jiahui possui uma tradição de cultivo dos alimentos e para isso necessitam de um solo produtivo.

Figura : Cascalheira na Terra Indígena Jiahui



Foto: Equipe do Meio Fisco DEAP Jiahui. 2010.

Os Jiahui destacaram dois pontos de garimpo ilegal dentro do território localizados ao sul das aldeias Kawari e Ju'ì. Esses pontos estão distantes das aldeias, portanto, longe da área de maior intensidade de circulação da comunidade. Apesar dos relatos não foram identificados os métodos, o mineral extraído ou mesmo a procedências destes dois pontos de garimpo. No entanto, a indicação de existência desses garimpos merece atenção, pois uma vez implantado o garimpo dentro das terras indígenas, a poluição dos cursos d'água, a contaminação dos peixes e conseqüentemente a intoxicação dos índios são impactos recorrentes e extremamente prejudiciais à saúde da comunidade.

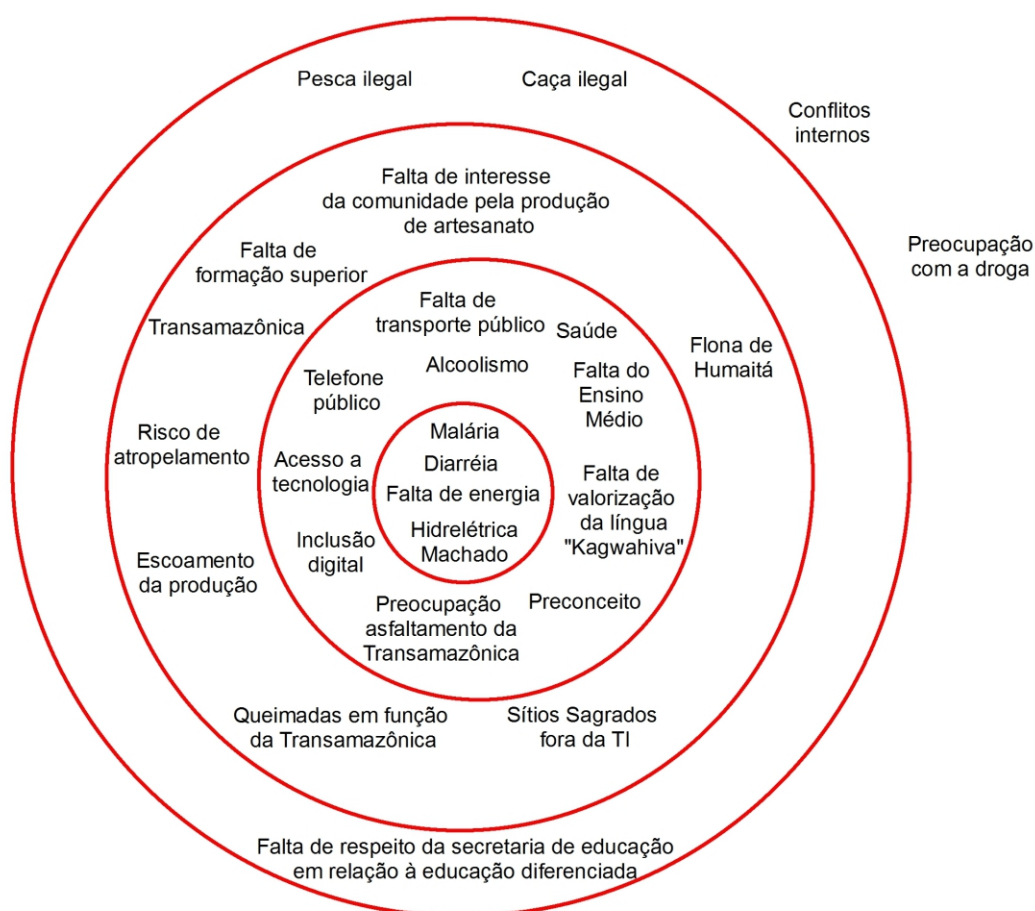
Alguns dos fatores de risco indicados pelos Jiahui têm relação com a saúde. Os indígenas relatam que a malária é recorrente na região, além de sintomas como a diarreia que os afetam bastante. Para o tratamento, a comunidade recorre ao agente indígena de saúde, aos remédios que ficam estocados na casa do cacique e em casos extremos vão à cidade de Humaitá para o tratamento. Nesse aspecto, a presença da transamazônica é utilizada para o acesso dos indígenas à cidade, mas por outro lado, mais uma vez a presença da rodovia traz riscos à comunidade, pois facilita o acesso de invasores no território.

A partir da entrada dessas pessoas é que ocorrem atividades como a retirada ilegal da madeira, o garimpo ilegal, o extrativismo ilegal, a pesca ilegal e a caça ilegal. Tais atividades colocam em risco toda a diversidade biológica e cultural desse território, pois compromete a disponibilidade de espécies para a subsistência da comunidade. Esses invasores conseguem entrar na terra indígena pela transamazônica, pelo rio Maici ou pela FLONA de Humaitá. Estes são os pontos frágeis de segurança do território, e onde estão os maiores riscos e ameaças para o Povo Jiahui, como mostra a Figura 6.



Como a problemática do território vai além da possibilidade de representação dos mapas, foram elaborados círculos que simbolizam os problemas enfrentados pelos Jiahui (Figura 7). A partir do círculo é possível observar que os problemas mais próximos à comunidade estão nos círculos menores (malária, diarreia, falta de energia, etc.) e os problemas que estão se aproximando se encontram nos maiores círculos, ou fora deles (atropelamento, queimada, conflitos internos, etc.).

Figura : Círculo dos problemas identificados pelo Povo Jiahui



### 9. Capacidades e Infraestrutura

As capacidades e infraestruturas contemplam os potenciais existentes na terra indígena, e que podem atuar como fatores de reversão da problemática existente no território. Em alguns casos, dependendo do tamanho e da comunicabilidade do território um recurso não é utilizado na sua forma mais eficiente ou são desconhecidos. Inventariar mesmo que grosseiramente e de forma participativa permite criar a consciência do verdadeiro potencial existente no território e ainda descobrir como estão dispostos, e se estão estrategicamente posicionados. Além disso, estimula a reflexão sobre a localização de cada potencial, o que pode melhorar a articulação e a atuação geográfica de políticas públicas futuras, tornando-as mais dinâmicas e eficientes, favorecendo assim a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

As capacidades consistem em geral o potencial em termos de recursos humanos e estruturas organizacionais geridas por representantes da comunidade ou povo. Abaixo são listadas as principais capacidades identificadas na Terra Indígena Jiahui, também apontadas na Tabela 2.

### **Agentes Ambientais**

Os Agentes Ambientais, após o curso de formação seguindo a metodologia da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e da Associação de Defesa Etnoambiental (KANINDÉ), passam a conhecer melhor seu território e sua cultura, e, sobretudo passam a usar os instrumentos necessários para protegê-los. Na terra indígena Jiahui existem 07 Agentes formados que estão distribuídos nas aldeias Kawari e Ju'ì, dois em cada. Existe a necessidade de estimular o trabalho dos Agentes Ambientais, para aumentar a confiança dos agentes ao assumir a liderança nas expedições de vigilância do território, além de ampliar seu número para atender às demandas de todas as aldeias da terra indígena.

### **Agentes Indígenas de Saúde**

Os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) são indígenas capacitados, com curso de formação de AIS promovido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) até 2010 e que vivem na aldeia e em contato direto com as dificuldades e os problemas locais relacionados à saúde. Por conta dessa proximidade os AIS têm uma atuação fundamental na identificação e tratamento das doenças que atingem a comunidade. Hoje a comunidade Jiahui conta com a assistência de um AIS na aldeia Ju'ì.

### **Agentes Indígenas de Saneamento**

Os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) são indígenas capacitados também pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e prestam assistência básica à saúde, sendo responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas de saneamento e educação sanitária em sua comunidade. Atualmente a comunidade Jiahui conta com um AISAN na aldeia Ju'ì.

### **Professor branco**

Professores não indígenas que atuam nas aldeias. Atualmente existe um professor branco na aldeia Ju'ì

### Curso superior incompleto

Na aldeia ju'í existe um indígena, Nilcélio Jiahui, com curso superior incompleto em Engenharia Ambiental.

### Cacique

Os caciques tradicionais são hoje as lideranças remanescentes de todo o processo de contato com o homem branco. No território indígena jiahui encontra-se quatro caciques, sendo três na aldeia Ju'í e um na Kawari.

### Vice-cacique

Um vice-cacique na aldeia Ju'í e outro na Kawari.

### Lideranças

Existem nove lideranças indígenas sendo sete na Ju'í e duas na Kawari.

### Coordenador da SESAI

Presença de um coordenador SESAI na aldeia Ju'í.

Tabela : Capacidades da terra indígena Jiahui

Aldeia	Descrição da capacidade	Quantidade
Ju'í	Cacique	03
	Vice Cacique	01
	Lideranças	07
	Agente Ambiental	02
	Agente Indígena de Saneamento – AISAN	01
	Pessoas com ensino superior incompleto	01
	Coordenador SESAI	01
	Professor Branco	01
	Agente Indígena de saúde	01
<b>Aldeia</b>	<b>Descrição da capacidade</b>	<b>Quantidade</b>
Kawari	Cacique	01
	Vice Cacique	01
	Agente Ambiental	02
	Lideranças	02

Além da descrição e da quantificação das capacidades, foi realizada durante a oficina de elaboração do plano de proteção, a espacialização das capacidades da terra indígena Jiahui, como mostra a Figura 8.



Infraestrutura é todo e qualquer material existente na terra indígena que possa apoiar a estratégia para a melhoria da qualidade de vida. Um dos grandes objetivos deste tipo de levantamento é identificar quais dos recursos existentes na terra indígena podem apoiar práticas de proteção e fortalecimento aumentando a eficiência nos processos logísticos. Na questão estratégica e política da terra indígena esta informação contribui muito para a observância de como estão sendo os impactos das políticas públicas, permitindo saber onde estas estão deficientes, onde estão precisando ser melhoradas e quais são as regiões nas quais as lideranças Jiahui podem estar direcionando seus esforços para de forma igualitária empreender novos processos que fortaleçam à terra indígena como um todo. Os dados de infraestrutura da terra indígena Jiahui podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela : Infraestrutura da terra indígena Jiahui

Aldeia	Descrição da infraestrutura	Quantidade
<b>Ju'i</b>	Poço Artesiano	01
	Lavanderia	02
	Casa de farinha	02
	Escola EJA/Fundamental	01
	Gerador	01
	Voadeira	01
	Compensação Socioambiental	01
	Motor 25	01
	Motocicleta	01
	Rabeta	01
	Bomba d'água	01
	Casa de madeira	01
Aldeia	Descrição da infraestrutura	Quantidade
<b>Kawari</b>	Poço Amazonas	01
	Casa de farinha	01
	Casas de madeira	Todas da comunidade
	Motocicleta	01

A espacialização da infraestrutura do território Jiahui pode ser vista na Figura 9 por meio do mapa elaborado durante as oficinas de preparação do plano de proteção.



## 10. Previsão de infraestrutura

Além de relatar as capacidades e a infraestrutura de seu território, os Jiahui também discutiram sobre a previsão de infraestrutura. Neste aspecto a comunidade pontuou aquisições importantes para melhorar a qualidade de vida da comunidade, como a implantação de um posto de saúde, de um centro cultural, entre outros itens relatados na Tabela 4 e espacializados por meio de um mapa (Figura 10) também confeccionado durante as oficinas.

Tabela : Previsão de infraestrutura da terra indígena Jiahui

Aldeias	Tipo de infraestrutura
<b>Ju'i</b>	Veículo, Energia Elétrica, Internet, Radio Comunicação, Centro Cultural, Posto de Saúde, Sede Reunião, Escola, Posto de Vigilância, GPS, Telefone Comunitário.
<b>Kawari</b>	Poço Artesiano, Veículo, Centro Cultural, Internet, GPS, Escola, Sede de Reunião, Posto de Saúde, Radio Comunicação, Energia Elétrica.
<b>Locais fora da aldeia</b>	<b>Tipo de infraestrutura</b>
<b>Sudoeste da aldeia Kawari</b>	GPS, Acampamento, Posto de Vigilância e Rádio Comunicação
<b>Ao sul da aldeia Ju'i</b>	Posto de Vigilância



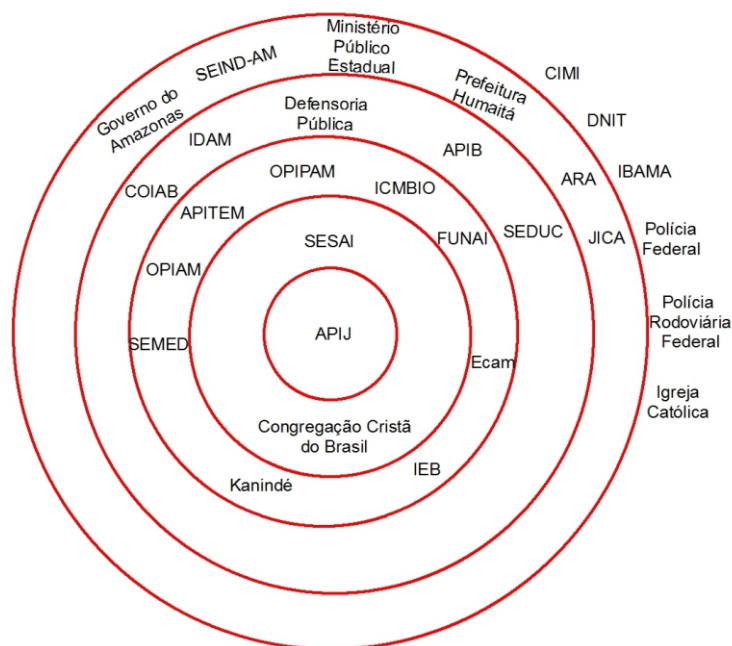
## 11. Planejamento Estratégico

Além de relatos sobre as capacidades, infraestrutura, previsões de infraestrutura, riscos e ameaças, a comunidade discutiu também questões políticas. Nesse sentido foi realizada uma atividade, na qual os indígenas relacionaram a proximidade e a distância de instituições que são importantes para os Jiahui. O diálogo e a proximidade com as instituições atuantes na esfera estatal são importantes para a adequação das políticas públicas, planos e programas governamentais voltados para a gestão do território indígena. E nesse contexto, a articulação das associações indígenas é essencial para garantir a representatividade dos indígenas junto aos órgãos governamentais. Entre o Estado e os indígenas existem, ainda, várias outras organizações de apoio e pesquisa, além de instituições de cunho religioso. Além das instituições, também faz parte o planejamento estratégico discussões sobre legislação, áreas de vigilância e os elementos de contingência necessários para a proteção da terra.

### 11.1 Instituições de Apoio

Ao considerar a influência de todos os atores sociais atuantes no território indígena, os Jiahui elaboraram um círculo de proximidade das instituições relacionadas às questões indígenas, conforme ilustrado na Figura 11.

Figura : Círculo de articulação institucional



## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

A partir do círculo foi criada uma lista com os contatos das instituições (Tabelas 5 e 6), para facilitar o diálogo entre a Associação do Povo indígena Jiahui e comunidade com as instituições representadas no círculo.

A lista foi subdividida em contatos de organizações privadas e públicas. As organizações privadas são as associações, igrejas, organizações não governamentais, que embora exerçam suas atividades com finalidade social, apoiando o Povo Jiahui, não fazem parte do poder público. Assim, essas organizações recebem recursos privados para trabalhar. Podem até receber recursos públicos de projetos, quando concorrem em editais, por exemplo, mas não deixam de serem organizações privadas. Ou seja, são resultado da união de pessoas para a busca de objetivos sociais.

As organizações públicas fazem parte do poder público. Ou seja, estão dentro da estrutura da União, dos Estados e dos Municípios e suas responsabilidades estão presentes na lei. Elas realizam suas funções, em sua maioria, com recursos públicos, que são obtidos por meio de impostos, investimentos públicos e outras formas. Algumas delas podem exercer o poder de polícia para coibir ações contrárias a lei, como as práticas de exploração de madeira e garimpo em terra indígena.

Tabela : Instituições Privadas

<b>Instituição</b>	<b>Contato</b>
<b>Associação do Povo Indígena Jiahui- APIJ</b>	T.I Jiahui na BR 230 km 106 Transamazônica sentido Humaitá a Apuí. Aldeia Ju'i. Br 230, Km 01 N° 1957 Bairro São Cristóvão CEP: 69.800-000 Humaitá/AM Tel: (69) 8114 – 8105/(97) 8121 – 0312 (97) 3373 – 3566 Fax (69) 3211 - 4601 E-mail: <a href="mailto:nilceliodiarrui@gmail.com">nilceliodiarrui@gmail.com</a> / <a href="mailto:nilceliodiahui@yahoo.com.br">nilceliodiahui@yahoo.com.br</a>
<b>Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB</b>	Rua Bernardo ramos, 97 - centro histórico - Manaus-amazonas. Cep 69005- 310. Tel: (92) 3184-6567
<b>Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB</b>	SRTVS – Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Q701, Conj. L, Bl. 01, Sala 723 – 7º Andar ,CEP: 70.340-906 Brasília/DF. Tel: (61) 3043 5064 / 3043 5073 Fax: (61) 3043 5071 E-mail: <a href="mailto:contato@apib.org.br">contato@apib.org.br</a>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

<p><b>Associação de Defesa Etnoambiental KANINDE</b></p>	<p>Rua Dom Pedro II, 1892, sala 07. Bairro Nossa Senhora das Graças CEP: 76804-116 Porto Velho, Rondônia, Brasil. kaninde@kaninde.org.br Tel: (69) 3229 2826</p>
<p><b>Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira OPIAM</b></p>	<p>BR 230, KM 01, N. 1957, CEP: 69.800-000 São Cristóvão, Humaitá - AM Tel: (097) 3373-3566/3692</p>
<p><b>Associação do Povo Indígena Tenharim-Morogitá – APITEM</b></p>	<p>BR 230, KM 01, N. 1957, CEP: 69.800-000 São Cristóvão, Humaitá - AM Tel: (097) 3373-3566/3692</p>
<p><b>Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas -OPIPAM</b></p>	<p>Rua: K, nº 1859, Bairro São Cristóvão. 69.800-000 Humaitá – AM <u>Email: <a href="mailto:opipam@gmail.com">opipam@gmail.com</a></u> Tel: 97 3373-3566 / 97 9153 0881</p>
<p><b>Conselho Indigenista Missionário – CIMI</b>  <b>Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM (Antiga ACT)</b></p>	<p>SDS, Ed. Venâncio III Salas 309/314 - Brasília-DF Cep: 70393-902 - Brasil Tel: (61) 2106-1650 - Fax: (61) 2106-1651</p> <p>SAS Quadra 03 Bloco C - Ed. Business Point Sala 306 Brasília - DF - CEP:70070-934 Tel: (61) 3323-7863 Fax: (61) 3223-9414</p>
<p><b>Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB</b></p>	<p>Av. Rio Madeira, 2594, São Pedro, 69800-000, Humaitá - AM Tel/Fax: (97) 3373 3794</p>
<p><b>Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA</b>  <b>Congregação Cristã do Brasil</b></p>	<p>SCN. Quadra 2, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, 4º Andar, Sala 402, Cep. 70.712-900 Brasília-DF,</p> <p>Bairro: Aldeia Marmelo Cidade: Humaitá Endereço: Rodovia BR 230 - Km 145 Bairro: Vicinal Maravilha Cidade: Humaitá Endereço: Rodovia BR 230 - Km 192 - Vicinal Maravilha - Km 13</p>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Como as instituições públicas têm obrigação legal de agir na garantia dos direitos socioambientais dos Povos Indígenas, esta tabela contém também a relação entre as instituições levantadas pelos Jiahui e suas respectivas atribuições legais. Nesta tabela cada instituição recebeu uma cor indicativa que adiante servirá como legenda para a tabela de riscos e ameaças.

Tabela : Instituições Públicas

Instituição	Principais atribuições relacionadas às demandas do Povo Jiahui	Endereço
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuar na defesa dos direitos indígenas;</li> <li>-Solicitar a colaboração da Polícia Federal para garantir a proteção da Terra.</li> </ul>	<p>SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles 70070-120 - Brasília/DF - Tel: (61) 3247-6000</p> <p><a href="http://www.funai.gov.br/">www.funai.gov.br/</a></p>
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização das Unidades de Conservação, no caso, a Floresta Nacional de Humaitá;</li> <li>- Autuar quem esteja cometendo infração ou crime ambiental em unidade de conservação e multar;</li> <li>- Apreender materiais utilizados para a realização de infrações e crimes ambientais em Unidade de Conservação.</li> </ul>	<p>EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste CEP 70.670-350 Brasília - DF Tel: (61) 3341-9101</p>
MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAÍ	<p>Responsável por administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovia.</p>	<p>Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios Bloco G Brasília-DF / CEP: 70058-900 Tel: 3315-2425</p>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar e avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do SasiSUS, além de promover a articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuem interface com a atenção à saúde indígena;</li> <li>- Identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;</li> <li>- Promover e apoiar o fortalecimento e o exercício pleno do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, por meio de suas unidades organizacionais.</li> </ul>	
DNIT	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Responsável por administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovia.</li> </ul>	<p>Rua Bernardo Ramos, nº 179, Centro - 69005-310 - Manaus, AM (092) 3305-2400/3305-2403 3305-2420 / 3305-2407</p>
IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalizar a prática de infrações administrativas e crimes ambientais;</li> <li>- Autuar quem esteja cometendo infração ou crime ambiental e multar;</li> <li>- Apreender materiais utilizados para a realização de infrações e crimes ambientais;</li> </ul>	<p>Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM Tel: (092) 3655.0500</p>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

<p>POLÍCIA FEDERAL</p>	<p>Retirar invasores da terra indígena e reprimir a prática de atividades ilegais como garimpo, caça, pesca, retirada de madeira, entre outros;</p> <p>- Investigar a ocorrência de crime ou ameaça contra o meio ambiente e os Povos Indígenas.</p>	<p>SAN Q.03 Bl. A - Ed.Núcleo dos Transportes - Brasília - DF CEP: 70.040-902 - Tel: (61)3315-4000</p>
<p>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</p>	<p>-Fiscalizar, prevenir e reprimir os abusos nas estradas federais, inclusive, aqueles relacionados a prática de crimes ambientais;</p>	<p>SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Cx. Postal nº 09566 - CEP 70818-900 - Brasília-DF - Tel. (61) 3316-1212</p>
<p>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</p>	<p>- Ouvir as demandas das comunidades e orientá-las sobre seus direitos;</p> <p>- Fazer Termo de Ajustamento de Conduta com instituições públicas e privadas;</p> <p>- Fazer recomendações às instituições públicas e privadas que não estejam agindo conforme a lei, para a garantia dos direitos indígenas;</p> <p>- Abrir inquérito civil público para investigar denúncia de violação de direitos indígenas;</p> <p>- Atuar judicialmente da defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente.</p>	<p>Superintendente:</p> <p>DPF Sergio Lucio Mar dos Santos Fontes Endereço: Av. Domingos Jorge Velho nº 40 Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus CEP 69.042-470 Plantão: (0xx-92) 3655-1515/1517 Fax: (0XX-92) 3656-7676 Passaporte: (0XX-92) 3655-1585]</p>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

<p>DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</p>	<p>Ouvir as demandas da comunidade e prestar assistência jurídica para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-garantir acesso à saúde;</li> <li>-requerer, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-maternidade, salário-família ou outro benefício previdenciário;</li> <li>-requerer benefício de prestação continuada (BPC), devido a todo idoso, com 65 anos, ou mais, e ao portador de deficiência, quando não tiver condições de garantir a própria subsistência, nem seus familiares.</li> <li>-defender dos direitos humanos fundamentais dos povos indígenas vítimas de preconceitos;</li> </ul>	
<p>MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ouvir as demandas das comunidades e orientá-las sobre seus direitos;</li> <li>- Prestar Assistência jurídica na garantia de direitos de cidadania dos povos indígenas, em especial, nas demandas regionais;</li> </ul>	<p>Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM Tel: (092) 3655.0500</p>
<p>GOVERNO DO AMAZONAS Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas – IDAM</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas , por meio de assistência técnica e extensão rural.</li> </ul>	<p>Avenida Buriti, 1.850, Distrito Industrial CEP: 69.075-000 - Manaus, AM E-mail: idam@idam.am.gov.br</p>
<p>GOVERNO DO AMAZONAS Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formular, supervisionar e coordenar a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação;</li> <li>- Responsável pela educação Básica: ensino fundamental, médio e modalidades de ensino;</li> <li>- Assistência, orientação e acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino.</li> </ul>	<p>Rua Waldomiro Lustoza, 350 - Japiim II - CEP: 69076-830 Tel: (92) 3614-2200 Site: www.educacao.am.gov.br</p>
<p>PREFEITURA DE HUMAITÁ Secretaria Municipal de Educação de Humaitá SEMED</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atua, principalmente, no ensino fundamental e educação infantil.</li> <li>-Transporte escolar dos alunos da rede municipal.</li> </ul>	<p>Rua 5 de Setembro s/n, Centro Humaitá – AM CEP: 69.800-000</p>

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Segue abaixo a tabela dos riscos e ameaças associados às instituições públicas com atuação relacionada (Tabela 7), conforme a indicação de cores da tabela anterior:

Tabela : Riscos e Ameaças x Instituições Públicas

Extração ilegal de madeira	Red	Blue	Green	Orange	Grey	Yellow
Caça ilegal	Red	Blue	Green	Orange	Grey	Yellow
Pesca ilegal	Red	Blue	Green	Orange	Grey	Yellow
Garimpo	Red	Blue	Green	Orange	Grey	Yellow
Drogas	Red	Brown	Orange	Orange	Grey	Yellow
Queimadas	Red	Blue	Green	Grey	Yellow	White
Falta de respeito pela educação diferenciada	Red	Yellow	Red	Purple	Light Purple	Pink
Sítios sagrados fora da Terra Indígena	Red	Yellow	White	White	White	White
Hidrelétrica Machado	Red	Yellow	White	White	White	White
Risco de atropelamento	Red	Dark Blue	Grey	Yellow	White	White
Falta de energia	Red	Yellow	Red	White	White	White
Falta de transporte público	Red	Yellow	Red	Light Purple	Pink	White
Malária, diarreia e outras doenças e sintomas	Red	Brown	Yellow	Red	Pink	White

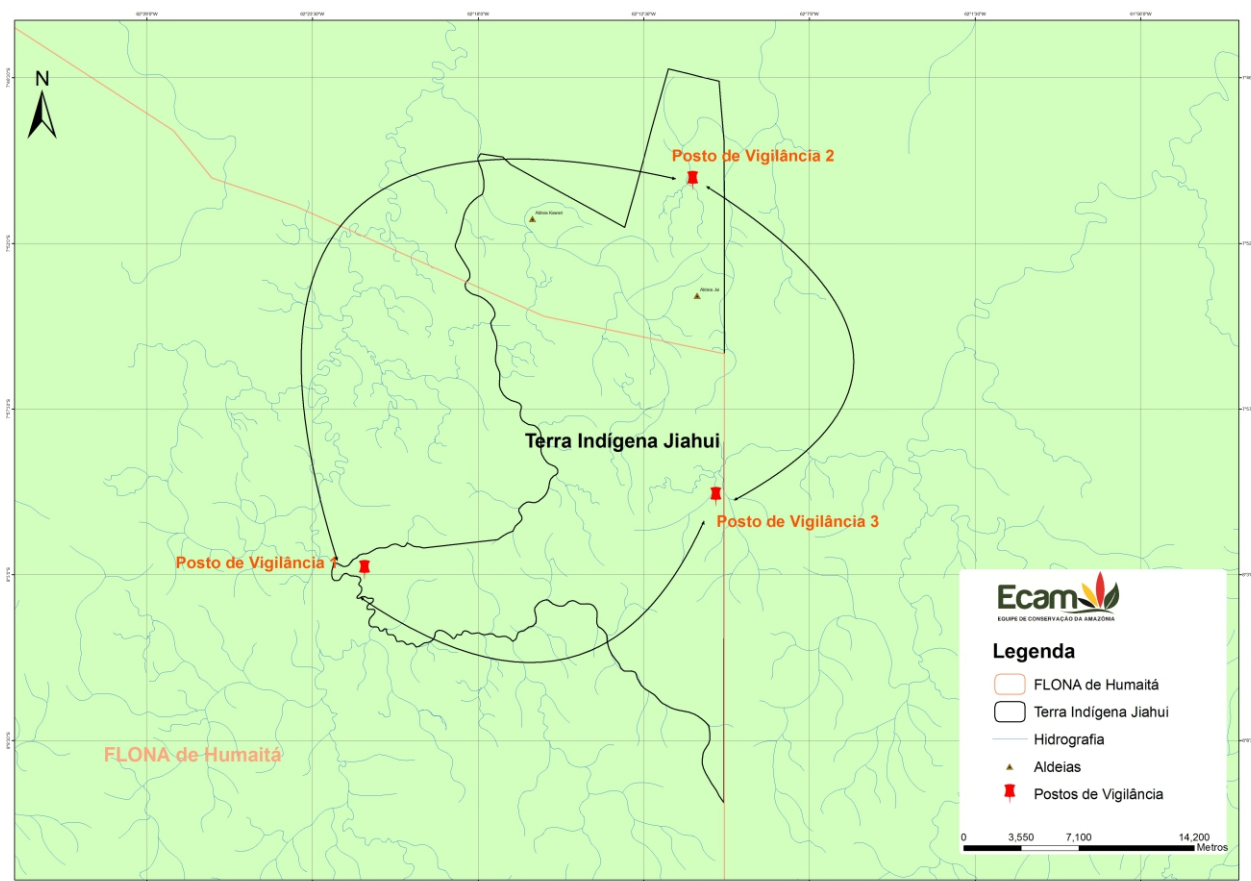
## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Importante mencionar que esta tabela busca relacionar os problemas enfrentados com as instituições que tem maior visibilidade no contexto Jiahui, ainda que sejam consideradas 'distantes'. Desse modo, serve para reforçar o papel destas, visto que muitas vezes o potencial de apoio e suas responsabilidades também não são amplamente percebidos. Outro aspecto que não pode ser esquecido, é que outras instituições, que não foram mencionadas, também podem ser demandadas.

### 11.2 Áreas de vigilância:

Durante a oficina do plano de proteção territorial foram apontadas áreas onde a comunidade relatou serem áreas mais vulneráveis à invasão de seu território, sugerindo a criação de postos de vigilância. Os postos de vigilância foram espacializados no mapa, como mostra a Figura 12. Os locais previstos para se implantar os postos de vigilância possuem menos fluxo de pessoas da comunidade e por isso são mais suscetíveis à entrada de invasores.

Figura : Postos de vigilância da terra indígena Jiahui



A vigilância na Terra Indígena Jiahui contará com o apoio de três Postos de Vigilância localizados estrategicamente a pontos específicos considerados vulneráveis: Posto de Vigilância 01 – no rio Pacuí, região de sobreposição à FLONA de Humaitá, onde o acesso se dá pela transamazônica e rio Maici e pela a própria FLONA. Posto de Vigilância 02- Igarapé Amazonia, onde existem castanhais da comunidade e já houve relatos de invasão pelas terras indígenas fronteiriças. Posto de Vigilância 03 – Igarapé do Furo, também se concentram os castanhais e área de sobreposição com a FLONA.

A proposta é de ligar os postos de vigilância alternando as equipes das expedições com o objetivo de proporcionar à comunidade maior conhecimento e presença em seu território.

A Associação do Povo Indígena Jiahui junto com a comunidade definirá os agentes ambientais que irão coordenar cada área de vigilância, ajudando na organização e resolução de conflitos e orientação para o bom andamento dos trabalhos. Dentre as tarefas do coordenador de equipe está a elaboração, junto com a equipe, do planejamento anual de vigilância, fazer a articulação com a Polícia Ambiental, FUNAI, IBAMA e ICMBIO para atuar nas ações que exijam atividades de fiscalização e necessitem de poder de polícia e elaborar um relatório, a ser submetido à Associação, ao final de cada expedição.

Para as expedições, a comunidade listou os materiais necessários, número de pessoas e o tempo de permanência para cada área de vigilância, como mostra a Tabela 6.

Tabela : Materiais para as expedições de vigilância

Expedições	Materiais e Recursos
Área: 01 Permanência: 10 dias Frequência: mês em mês Quantidade de pessoas: 3	01 (um) GPS; 01 (um) Binóculo;01 (uma) Máquina fotográfica; 01 (um) rádio de comunicação (base);01(um) rádio portátil; 250 litros de gasolina;05 litros e óleo 2 tempos;03 capas de chuvas; 03 facões;03 lanternas;01 caixa de pilha;01 caixa de globo (pingo de luz); 01 caixa de lima;01 cartela de isqueiro;01 caixa de anzol; 01 rolo de linha de pesca 0.40 e 0.30;01 kit de ferramentas para manutenção de motor de popa; 01 hélice de motor 15 HP; 03 pares de botas;03 cantis de água; 50 litros de diesel;Diária de R\$ 40,00; Alimentação R\$ 200,00;15 diárias de R\$ 40,00.

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Área: 02 Permanência: 5 dias Frequência: 2 em 2 meses Quantidade de pessoas: 3	01 (um) GPS; 01 (um) Binóculo; 01 (uma) Máquina fotográfica; 01 (um) rádio de comunicação (base); 01(um) rádio portátil; 250 litros de gasolina; 05 litros e óleo 2 tempos; 03 capas de chuvas; 03 facões; 03 lanternas;01 caixa de pilha; 01 caixa de globo (pingo de luz);01 caixa de lima;01 cartela de isqueiro; 01 caixa de anzol; 01 rolo de linha de pesca 0.40 e 0.30; 01 kit de ferramentas para manutenção de motor de popa;01 hélice de motor 15 HP;03 pares de botas;03 cantis de água;50 litros de diesel;Alimentação R\$ 80,00;15 diárias de R\$ 40,00.
Área: 03 Permanência: 08 dias Frequência: 3 em 3 meses Quantidade de pessoas: 3	01 (um) GPS ;01 (um) Binóculo;01 (uma) Máquina fotográfica; 01 (um) rádio de comunicação (base);01(um) rádio portátil; 250 litros de gasolina;05 litros e óleo 2 tempos;03 capas de chuvas 03 facões;03 lanternas;01 caixa de pilha;01 caixa de globo (pingo de luz);01 caixa de lima;01 cartela de isqueiro;01 caixa de anzol; 01 rolo de linha de pesca 0.40 e 0.30;01 kit de ferramentas para manutenção de motor de popa; 01 hélice de motor 15 HP;03 pares de botas;03 cantis de água;50 litros de diesel;Diária de R\$ 40,00 Alimentação R\$ 100,00;24 diárias de R\$ 40,00.

### 11.3 Elementos de Contingência

Além do Plano de Proteção Territorial, foi trabalho junto à comunidade elementos de contingência que estabelece procedimentos para ações de alerta e perigo em atividades emergenciais.

Os agentes ambientais indígenas receberam formação específica para realizar expedições de vigilância com o objetivo de observação e registro de ações ilegais, combate e manejo de fogo, prestação de socorro em situações de acidentes e trabalhar a conscientização interna e de entorno. No processo de formação foram trabalhados conteúdos destinados a internalizar procedimentos e idéias básicas de organização e medidas para garantir a segurança dos envolvidos também foram repassadas detendo os mesmos conhecimentos sobre o uso de equipamentos básicos a serem utilizados.

A atividade de proteção desses agentes tem ainda um viés multiplicador. Desta feita, é executado um plano de conscientização nas aldeias a fim de garantir que os demais habitantes do território possam reconhecer situações de risco, principalmente incêndio, evitá-las ou ainda promover a comunicação imediata para a tomada de providências.

### **Incêndio Florestal**

#### **Medida preventiva**

Trabalhar plano de conscientização interno e no entorno sobre os perigos de incêndio e a conduta mais correta nos casos necessários de queimadas para o plantio de roças tradicionais.

#### **Medidas resolutivas**

- Comunicar por rádio à FUNAI, ICMBIO e IBAMA, avisando da ocorrência de incêndio e solicitando apoio e urgência nas ações;

- Realizar expedição de verificação e contenção mantendo a resistência até a chegada de reforço oficial (no mínimo 15 pessoas);

#### **Materiais necessários à expedição:**

- Máscara;
- Rastelo;
- Enxada;
- Abafador;
- Equipamentos de proteção individual (EPI);
- Um par de rádio portátil.

- Solicitar apoio aos Tenharim;

- Um Agente Ambiental (AA) deve ficar na aldeia para orientar e apoiar a FUNAI, IBAMA e ICMBIO.

Total de pessoas: 16 (15 Na expedição e 1 na Aldeia)

### **Acidentes (atropelamento, afogamento, arma de fogo)**

#### **Medida preventiva**

Trabalhar plano de conscientização interno sobre a prevenção de acidentes e alertar quando observado situações que possam promover acidentes na zona de produção e vias de acesso à terra indígena e até mesmo nas áreas de uso das aldeias.

#### **Medidas resolutivas**

- Localizar o Agente Indígena de Saúde (AIS) para prestar os primeiros socorros;

- Na ausência do AIS deve ser acionado um AA;

- Observando a gravidade deve ser passado um rádio para a SESAI e FUNAI, avisando do ocorrido e solicitando apoio urgente;

- O acidentado deve ser conduzido para o posto de saúde, caso este esteja consciente ou não esteja reclamando de dor na coluna. Caso contrário deve aguardar ajuda do AIS ou AA ou especialista.

- Não deve sob hipótese alguma dar água ao acidentado, principalmente em situações em que o mesmo pede desesperadamente por água e possua ferimentos na região abdominal até que seja avaliado por especialista.

### **Invasão**

#### **Medidas preventivas**

Trabalhar plano de comunicação nas áreas de entorno que comunique a especificidade da terra indígena e esclarecendo sobre as funções da terra indígena e a necessidade de formalização de pedido às associações indígenas, lideranças e Fundação Nacional do Índio para entrada.

#### **Medidas resolutivas**

- Acionar por rádio a FUNAI e IBAMA solicitando providências;  
- Formar equipe de vigilância para fazer a aproximação, observação e registro de relatório da denúncia com foto, ponto de GPS, descrição e observações, considerando de forma prioritária a segurança da equipe de observação. Caso a aproximação seja pacífica alertar ao invasor sobre as punições, penais, civis e administrativas e, orientá-lo a sair da terra indígena.

## **12. Implementação do Plano de Proteção Territorial**

A partir da elaboração do plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui, a Associação dos Povos Indígenas Jiahui (APIJ) junto com parceiros buscaram recursos para implementação do planejamento estratégico elaborado nas oficinas junto à Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos – USAID.

O projeto submetido fez parte de um consórcio, composto pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Conservação Estratégica (CSF), Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí (Gamebey), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Operação Amazônia Nativa (OPAN).

O consórcio recebeu o nome de “Projeto Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia – CONSBIO”, e sua atuação na terra indígena Jiahui estava representada pela implementação do Plano de Proteção Territorial e pelo projeto de Monitoramento da Biodiversidade.

Com o início do projeto, no ano de 2011, foram realizadas reuniões junto à comunidade e Associação do Povo Indígena Jiahui com o objetivo de planejar as atividades do CONSBIO.

Em dezembro de 2011, a Ecam e APIJ realizaram uma reunião de planejamento com a comunidade sobre as expedições de vigilância a partir do planejamento estratégico elaborado do Plano de Proteção Territorial da Terra

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Indígena Jiahui. Dessa forma, a comunidade optou por manter as três áreas de vigilância pensadas no plano de proteção, definiram a frequência dessas expedições, como mostra a Tabela 7, e os materiais necessários.

Tabela : Materiais para as expedições de vigilância

ÁREAS DE VIGILÂNCIA	PERÍODO	PESSOAS
Área 01- Rio Pacuí	Mensal	06
Área 02 – Igarapé Amazonia	A cada dois meses	03
Área 03 – Igarapé do Furo	A cada três meses	03

As expedições de vigilância aconteceram de fevereiro de 2012 à junho de 2013 como mostra a Tabela 8.

Tabela : Expedições de vigilância ocorridas

ANO DE 2012	Ê REA 01	Ê REA 02	Ê REA 03
Fevereiro	Do dia 10 ao 20		Do dia 16 ao 23
Março	Do dia 23 ao 02	Do dia 25 ao 29	
Abril	Do dia 27 ao 07		
Maio	Do dia 23 ao 31	Do dia 18 ao 22	Do dia 19 ao 26
Junho	Do dia 21 ao 27		
Julho	Do dia 20 ao 30	Do dia 18 ao 22	
Agosto	Do dia 20 ao 30		Do dia 16 ao 23
Setembro	Do dia 20 ao 29	Do dia 16 ao 20	
Novembro	Do dia 21 ao 30	Do dia 16 ao 20	Do dia 16 ao 23
Dezembro	Do dia 01 ao 10		
ANO DE 2013	Ê REA 01	Ê REA 02	Ê REA 03
Janeiro	Do dia 14 ao 23		
Fevereiro	Do dia 08 ao 17	Do dia 08 ao 15	Do dia 08 ao 12
Março	Do dia 24 ao 02	Do dia 23 ao 27	
Abril	Do dia 24 ao 03		
Maio	Do dia 17 ao 23		Do dia 18 ao 25
Junho	Do dia 07 ao 19	Do dia 07 ao 11	

## Plano de proteção territorial da terra indígena Jiahui

Para todas expedições de vigilância foram elaborados, pelo agente ambiental indígena de cada área, relatórios descrevendo a atividade, os problemas encontrados e as medidas tomadas para solução dos problemas. Dentre esses problemas estão a entrada de pescadores e caçadores ilegais na terra indígena, abandono e descuido com as placas de demarcação da terra (Figuras 13 a 15), lixo deixado pelos invasores, entre outros.

Figura : Placa de delimitação da terra indígena Jiahui danificada



Foto: Equipe de vigilância da área 01 – TI Jiahui

Figura : Placa de delimitação da terra indígena Jiahui danificada por tiros



Foto: Equipe de vigilância da área 01 – TI Jiahui

Figura : Revitalização da placa de delimitação da terra indígena Jiahui durante a expedição de vigilância



Foto: Equipe de vigilância da área 01 – TI Jiahui

De acordo com os relatórios, durante as expedições de vigilância da área 01, na região do rio Pacuí (com sobreposição com a FLONA de Humaitá) foram encontrados vestígios de pescadores (redes de pesca, hélice de motor 25 hp, arpão, pedaços de lona, pares de botas, etc.), vestígios de acampamento (casa coberta de brasilit, barraco de acampamento dos pescadores), pessoas com material de pesca sem autorização, lixo na beira do rio, vestígios de fogueira que ocasionou uma queimada na área e impressões da presença de índios isolados.

Além das atividades de proteção, as expedições permitiram a realização de levantamento de informações sobre a relação cultura-território. Os jovens agentes ambientais conheceram locais de relevância história e cultural para o Povo Jiahui, a partir da presença da índia mais velha da ladeia que acompanhou uma das expedições realizadas e relatou fatos relacionados às crenças, modo de vida e tradições das gerações anteriores, apontando lugares de trilhas e aldeias antigas.

Após as expedições, além dos relatórios encaminhados às instituições parceiras e apoiadoras, instituições públicas- como Ibama, Icmbio e Funai - foram comunicadas quanto a ocorrência de invasões na Terra Indígena para atuação dentro do seu âmbito de atuação.

### 13. Considerações finais

Durante toda a elaboração do Plano de Proteção Territorial, a comunidade relatou a preocupação com a manutenção de seus recursos naturais e culturais, colocando a importância da implementação do plano de proteção. Tornou-se evidente também, a intenção por parte dos Jiahui em manter o equilíbrio entre a diversidade de seu território e de seus costumes e as formas de geração de renda que também são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

Pelo período de um ano e meio a APIJ junto aos parceiros conseguiram implementar as atividades de vigilância no território, mas essas atividades devem ser mantidas constantemente para evitar as atividades ilegais no território indígena. Para isto, é imprescindível buscar meios de realização das atividades propostas no plano de proteção.

O presente documento tem por objetivo subsidiar futuros planejamentos da implementação do plano e a viabilização de recursos para o mesmo. A experiência obtida ao longo das expedições realizadas demonstra que a constância das atividades na terra é relevante para aumentar o conhecimento sobre esta. Além disso, permite a atualização do planejamento, fazendo com que o plano de proteção não seja apenas um retrato de momento, mas que tenha garantido sua reformulação e validação.

#### 14. Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em 13 jul. 2013.

BRASIL. Portaria nº 207, de 10 de julho de 2013. Aprova o Acordo de Gestão da Floresta Nacional de Humaitá. Disponível em <[http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/comunicacao/ACORDO\\_DE\\_GEST%C3%83O.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/comunicacao/ACORDO_DE_GEST%C3%83O.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2013.

CAMPOS, E. P. & MACHADO, M. C. Levantamento do Meio Físico da Terra Indígena Jiahui - Humaitá – Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Jiahui - AM. ACT BRASIL / APIJ / KANINDE. 2011.

FUNAI. Peggion, E. A.; Relatório de identificação e delimitação – Terra Indígena Jiahui – Município de Humaitá – AM. 2000.

INMET. Precipitação e Temperatura Mensal Total. Instituto Nacional de Meteorologia. INMET. Manaus, 2010.

ISA. Verbete Jiahui. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/jiahui/print>>. Acesso em: 18 de novembro de 2011.

Köppen, W. Climatologia. Editora Fondo de Cultura Econômica. México, 1948. 478 p.

LEANDRO, E. L. Levantamento de Uso Público da Terra Indígena Jiahui - Humaitá – Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Jiahui - AM. ACT BRASIL / APIJ / KANINDE. 2011.